

A COMISSÃO MACHADO DE ASSIS E A CRÍTICA TEXTUAL NO BRASIL

José Pereira da Silva

Criada por uma portaria presidencial de Juscelino Kubitschek para consolidar os textos machadianos e ampliada no governo militar para incluir quaisquer escritores da língua portuguesa que mereçam ter o seu cânon textual estabelecido criticamente, a COMISSÃO MACHADO DE ASSIS estabeleceu o melhor corpo de doutrina sobre edição crítica de autor moderno da língua portuguesa (adaptável para qualquer domínio lingüístico) e preparar filologicamente quase duas dezenas de volumes. Analisaremos a “*Introdução ao texto crítico das Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis*”, preparada por Antônio Houaiss, tomada como base teórica para os demais trabalhos da Comissão, da qual daremos mais algumas notícias, e mostraremos a importância da Crítica Textual para os progressos dos estudos lingüísticos, históricos e literários.

Palavras-chave: Machado de Assis, Crítica Textual, Filologia, Edição de Textos

Introdução: Preliminares históricos da Comissão Machado de Assis¹

O estado lingüístico da língua portuguesa sofre uma grande alteração, na transição do século XV para o seguinte, tanto quantitativa quanto qualitativamente, como normalmente se reconhece. No primeiro caso, pela incorporação crescente de vocábulos de proveniência erudita, tais como latinismos, helenismos, galicismos, espanholismos e anglicismos, principalmente. Quanto aos latinismos, chegou-se a acreditar que todo o vocabulário latino era transferível para o português, mediante pequenas adaptações morfossintáticas. A partir da língua escrita, essa transferência se generalizava, pouco a pouco, também na língua oral, popularizando-se. (Cf. p. 269)

¹ A base bibliográfica para este trabalho é o capítulo VI do *Manual de Bibliologia*, de Antônio Houaiss, citado sempre pela reprodução fac-similar preparada pela HUCITEC e pelo INL, em 1983, da primeira edição, que é de 1967. Simplificadamente, faremos a referência a esta fonte com a mera indicação da página, e as citações terão a ortografia atualizada.

Foi a disseminação desses eruditismos na linguagem coloquial dos centros urbanos que precipitou a deriva da língua portuguesa, violentando seus padrões fonéticos e acelerando a transição do período arcaico para o moderno.

Destarte, além de certas alterações qualitativas da deriva mesma da língua, assistiu-se à subversão dos padrões fonéticos, dos morfológicos e dos sintáticos, sem falar nas variedades estilísticas potencializadas e realizadas com esses elementos qualitativamente novos. No plano fonético, divulgaram-se ritmos vocabulares pouco freqüentes anteriormente – a não ser com a adjunção de vocábulos enclíticos às formas verbais –, tais os proparoxítonos; principiaram a aparecer novos grupos consonânticos, próprios e impróprios, esses últimos, sobretudo, representando verdadeira inovação estrutural, com um número considerável de consoantes implosivas até então desconhecidas na língua – *digno, apto, abdicar, pacto, adscrever, afta, amnésia, hífen, ritmo, fixo*; no plano morfológico – além da síncope do [d] das desinências número-pessoais verbais, que, com ditongações decorrentes, já era fator de diferenciação da transição em apreço –, inovaram-se padrões de formação de gênero, número e grau, mormente nas formas sintéticas do adjetivo e de tipos eruditos no substantivo, sem contar a disseminação de umas quantas preposições e locuções prepositivas, conjunções e locuções conjuntivas; introduziram-se formas, para os numerais, eruditas, nos próprios cardinais, nos ordinais, nos multiplicativos, nos fracionários; no plano sintático, a um tempo, verificaram-se novas inversões, por vezes violentas, novas concordâncias e regências, presidindo, muitas vezes, a essas modificações um critério predominantemente lógico-gramatical, com arbitrárias, às vezes, proscrições de torneios sintagmáticos e sintáticos afetivos ou de relações subjetivo-gramaticais. A expansão ultramarina portuguesa coroaria, por fim, esse processo, com a adjunção de novos conceitos, objetos e coisas e os nomes originais que os designavam nas línguas em contato demográfico, malgrado a separação geográfica entre elas existente [Cf. Vasconcelos, 1959; Silva Neto, 1952; Williams, 1958; Dunn, 1928; Dias, 1933; Coutinho, 1954; Ali, 1931, *passim* entre outros] (p. 269-270)

Edições críticas de autores modernos

Depois de Antônio Houais tratar da questão do estabelecimento ortográfico dos textos críticos medievais (Cf. p. 252-265), consideremos o mesmo fato relativamente aos modernos, do século XVI aos nossos dias.

O estabelecimento de textos críticos de autores modernos, embora encerrando as peculiaridades dos textos medievais, não pode ser considerado fácil ou de secundária importância. Aliás, há, é óbvio, uma gradação diferencial segundo a cronologia: assim, um texto crítico de um Francisco de Sá de Miranda, de um Luís de Camões, no século XVI, de um Antônio Vieira, um Gregório de Matos, no século XVII, de um Tomás Antônio Gonzaga, um Cláudio Manuel da Costa, no século XVIII, de um Casimiro de Abreu, de um Martins Pena, do século XIX, de um Euclides da Cunha, um Lima Barreto, no século XX, não apresenta as mesmas peculiaridades e as mesmas dificuldades. (p. 270)

Para que isto se faça de forma segura e com um razoável conhecimento da questão, é indispensável que se veja como se desencumbiram da tarefa de estabelecimento de textos alguns filólogos que se destacaram como eminentes conhecedores da língua, como Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Augusto Epifânio da Silva Dias e Luís Filipe Lidley Cintra, entre os portugueses, e Sousa da Silveira, Celso Ferreira da Cunha e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, entre os brasileiros, por

exemplo.

Outra tarefa de louvável importância seria o levantamento das obras já publicadas em português sob critérios ecdóticos ou idôneos a partir do início do século XX, quando se pode considerar como relativamente consolidada a moderna concepção de crítica textual, assim como dos guias sistemáticos da boa iniciação na matéria e ensaios monográficos sobre questões pertinentes².

Estemática

Em relação ao trabalho ecdótico de autores do século XVI para cá, podemos encontrar uma das três situações: a) há o manuscrito autógrafo da obra; b) há a *editio princeps*, não subsistindo o manuscrito e c) não há nenhum dos dois elementos anteriores.

No primeiro caso, o ideal é que, além do manuscrito, haja também todas as edições da obra. Mas ainda é considerada excelente a situação em que haja o manuscrito e as edições em vida do autor e boa, aquela em que, além do manuscrito, só subsistam edições póstumas.

O estema consistirá, em todos esses casos, em partir da origem, o “ms”, como base do texto por estabelecer, importando, porém, capitalmente o cotejo da *editio princeps*, na primeira hipótese, assim como das edições em vida: é que, não raro, na impressão da *princeps* e, não raro ainda, nas subsequentes, vivo o autor, este se permite – o que lhe é direito inalienável – alterar a versão manuscrita sobre as provas tipográficas. O trabalho crítico deve partir do pressuposto de que a melhor versão da obra se encerra nas concordâncias lingüísticas e estilísticas dessas peças, importando, para as discrepâncias, duas ordens de critérios: o manuscrito, depois a *princeps*, por fim as edições em vida apresentam-se, sucessivamente, em grau de prioridade para as variantes tipográficas típicas, enquanto, para as conceptuais, nocionais e estilísticas, a prioridade parece, via de regra, dever ser concedida em ordem inversa: no primeiro caso, subordina-se ao princípio de que não há impressão tipográfica e nova composição tipográfica sem adição de erros tipográficos; no segundo caso, respeita-se o princípio de que ao autor assiste o direito de melhorar, do seu ponto de vista, a sua mensagem. Em ambos os casos, porém, os fatos externos à obra – os biográficos do autor, os históricos do impressor, a conjuntura da época (censura, sanção, fraude, contrafação) – podem subverter a ordem de prioridade. Nestas condições, o aparato crítico deve levar em conta as discrepâncias conceptuais e nocionais, e discuti-las motivadamente, para a adoção de um padrão. Na segunda

² Depois de 1967, alguns manuais foram publicados no Brasil, como são os de Segismundo Spina (1977 e 1994), Leodegário A. de Azevedo Filho (1987 e 2004), Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi (2004) e César Nardelli Cambraia (2005). Em 2007, foi publicada por nós (Silva, 2007) uma síntese bibliográfica intitulada *Para uma Bibliografia Brasileira de Crítica Textual*, que está disponibilizada em PDF na página http://www.filologia.org.br/pereira/textos/bibliografia_brasileira.pdf

hipótese, em que há o manuscrito e a edição ou edições em vida, mais o conhecimento histórico da perda da *princeps*, se pode ser levado, do cotejo do manuscrito com as edições em vida, a restituir a *princeps*, na sua lição arquetípica, ou bem se pode ser levado ao critério anterior, em que o ele da *princeps* não é levado em conta, pura e simplesmente, no estabelecimento do texto, mas tão-somente na motivação do aparato crítico. Na terceira hipótese, em que há o manuscrito e apenas edições póstumas, dificilmente se poderá – sobretudo nas condições editoriais da língua portuguesa – chegar à restituição do arquetipo, salvo exceção felicíssima, devendo assim o manuscrito servir de base para o estabelecimento do texto e podendo as edições póstumas – estabelecido o seu estema – servir para a motivação do aparato crítico. (p. 271-272)

No segundo caso, quando já não subiste o manuscrito autógrafo da obra, também podem ocorrer três hipóteses: a) a excelente, em que se conta com a edição príncipe e com edições em vida; b) a boa, em que se conta com a edição príncipe e com edições póstumas e c) a razoável, em que se conta unicamente com a edição príncipe.

Em todas as três hipóteses, a base para a constituição do texto crítico é, necessariamente, a edição príncipe; mas, na primeira, as discrepâncias nocionais e conceituais podem ser subsanadas pelas edições em vida, o mesmo ocorrendo com certos erros tipográficos; e, na segunda, elementos para a boa interpretação crítica são não raro propiciados pelas edições póstumas, que podem servir, pois como motivação para o aparato crítico; na terceira, o editor crítico se atém, necessariamente, ao texto único. Se em princípio se pode (ou deve) dar prioridade à edição príncipe, trata-se, em verdade, de princípio não mecânico, pois sua prioridade temporal não significa, necessariamente, prioridade qualitativa; ao contrário, o exame interno das edições em vida (inclusive a príncipe) pode, aliado à história externa e biográfica, levar o editor-de-texto a uma edição em vida outra, que tanto poderá ser a segunda, como a terceira, como a enésima, como a última. (p. 272)

Não havendo mais o manuscrito nem a edição príncipe, ainda é possível fazer uma edição crítica, mas, neste caso, o número de problemas a ser resolvido conjeturalmente se torna bastante maior, a menos que se comprove uma grande fidelidade de uma das edições subsistentes. As edições em vida costumam ter prioridade para as soluções ecdóticas possíveis, consideradas sempre as considerações conjeturais, apesar de haver casos esporádicos que só se resolvem com auxílio de uma edição póstuma.

Mas há também obras de que não se conhece sequer uma edição em vida do autor, caso em que, em princípio, se considera a edição mais antiga (ou a que se tenha baseado em fonte mais antiga) como prioritária.

Por fim,

Cumprido, nas condições da estemática para as obras impressas, levar em extrema consideração uma possibilidade: a de que exista um texto impresso, de edição príncipe ou de edição em vida do autor, por este revisado, texto impresso revisado que pode, ocasionalmente, não ter vindo à luz em forma de nova edição; e, cumprimento da hipótese anterior, cumprir levar em extrema consideração, como base de texto por constituir, a edição em vida que leva a menção de “definitiva” ou equivalente por parte do autor. (p. 273)

Edições críticas e edições fiéis

Considerando-se a situação dos textos modernos em língua portuguesa, devem ser distinguir as edições preparadas com fins extralingüísticos daquelas que se estabelecem com fins lingüísticos. Neste caso, compreende aquelas que, além do interesse de “sua mensagem conceitual e significativa, estética ou estritamente cognitiva, são editadas com rigor tal que seus elementos constitutivos possam servir de fundamentação, exemplificação, abonação e sustentação de fatos lingüísticos e de hipóteses, teorias e doutrinas filológicas.” (p. 273)

Como lembra o Houaiss, no tópico *Textos fiéis e textos fidedignos*, da obra que está servindo de fundamento para este texto,

...o texto crítico, o texto fiel, se caracteriza pelo processo de seu estabelecimento e de sua motivação: além da recensão, do estema, da colação, da interpretação, encerra o aparato crítico, sem falar da interpretação, em que se fixam os critérios gerais e especiais, em havendo-os. Isso, além do rigor científico com que é de presumir seja feito, é trabalhoso, moroso e, pois, dispendioso. (p. 274)

Por isto, considerando-se a economia e urgência das edições modernas, podem se estabelecer critérios intermediários de edições fiéis e textos fidedignos de duas formas: ou se reproduz literalmente o texto de base (edição fac-similar ou edição diplomática) ou se estabelece um texto idôneo e fidedigno.

No caso do estabelecimento de um texto idôneo, fidedigno, é preciso levar em conta: que ele deve ser baseado em um exemplar cuja história externa determine ser pura; que deve ter uma descrição minuciosa dos critérios que presidem o estabelecimento do texto, explicitando as regras ecdóticas que foram e as que não observadas; que, apesar de dispensar o aparato de variantes, poderá incluir informações que facilitem a interpretação do texto do ponto de vista conceitual e nocional.

A Comissão Machado de Assis

Considerando o parecer da Consultoria Geral da República, de 8 de setembro de 1958, referente aos direitos autorais da obra de Machado de Assis, que acabara de cair em domínio público e considerando o reconhecimento público da baixa qualidade editoria com que vinha sendo posta no mercado leitor brasileiro aquela importante obra, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira recomenda ao Ministério da Educação e Cultura a criação da Comissão Machado de Assis, com o fim de consolidar o seu texto.³

³ Cabe lembrar aqui que o secretário particular de Juscelino era o professor e filólogo

Imediatamente se criou a Comissão, através de uma portaria do dia 19.

No dia 29 de julho de 1965, através de nova portaria ministerial, foi apliado o âmbito das atividades da comissão para abranger quaisquer escritores da língua portuguesa que, acritério da Comissão, mereçam ter o seu cânon textual estabelecido criticamente, embora só tenha publicado um volume da coleção machadiada até 1967, que foi o volume VI, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1960 (Assis, 1960).

Segundo o autor que estamos seguindo nesta explanação, até a época em que saíram os seus *Elementos de Bibliologia*, a Comissão Machado de Assis já havia conseguido:

- a) estabelecer o melhor corpo de doutrina sobre edição crítica de autor moderno da língua, extrapolável *mutatis mutandis*, a qualquer outros escritores do período moderno e contemporâneo do nosso domínio lingüístico, e b) preparar cerca de catorze volumes, que não viram a luz por ora apenas por dificuldades financeiras. (p. 275)

A obra de Machado de Assis preparada criticamente por essa Comissão vieram à luz posteriormente, pela Civilização Brasileira, em convênio com o INL, como se pode ver nas referências bibliográficas deste texto, além de outras importantes publicações como são: 1) o *Relatório da Comissão Machado de Assis*; 2) a *Introdução ao texto crítico das Memórias póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis*; 3) a *Introdução ao texto crítico do Quincas Borba, de Machado de Assis* e 4) o *Plano do Dicionário das obras de Machado de Assis*, além de diversos outros estudos. (Cf. p. 275)

Aplicação concreta das propostas metodológicas da Comissão Machado de Assis

A *Introdução ao texto crítico das Memórias póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis* foi apresentada por Antônio Houaiss à Comissão Machado de Assis, como representante da subcomissão que o elaborou, da qual fazia parte ele, Antônio José Chediak, Celso Ferreira da Cunha e José Galante de Sousa. Esse documento foi tomado como padrão para os trabalhos da Comissão, da qual também faziam parte Austegésilo de Ataíde, José Renato Santos Pereira, Antônio Cândido de Melo e Sousa, Augusto Meyer, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Barreto Filho, Brito Broca, Ciro dos Anjos, Eugênio Gomes, José Simeão Leal, Lúcia Miguel Pereira, Marco Aurélio de Moura Matos, Mário Gonçalves de Matos e Peregrino Júnior, constituindo uma súmula dos princípios ecdóticos modernos aplicáveis a qualquer texto de valor lingüístico e

Antônio José Chediak, a quem se devem importantes edições críticas.

literário, que se pode definir como uma edição crítica conservadora.

Trataremos, em outra oportunidade, de analisar mais detalhadamente essa introdução metodológica de uma edição crítica moderna, em trabalho programado para o XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia.

Naquela oportunidade, trataremos dos seguintes tópicos, aqui apenas relacionados para conhecimento prévio do que será a continuação desse trabalho: 1) O texto das Memórias Póstumas de Brás Cuba; 2) Bases teóricas para o tratamento crítico dos romances de Machado de Assis; 3) O padrão Machado de Assis da edição crítica de textos modernos; 4) Bases teóricas para o tratamento crítico dos romances de Machado de Assis; e 5) Bases teóricas para o tratamento crítico dos romances de Machado de Assis.

Considerando que não podemos apresentar detalhadamente um trabalho que, escrito, foi publicado como um número suplementar da *Revista do Livro*, resolvemos apresentar aqui apenas esta parte para não ficar demasiadamente ampliado em relação ao que foi exposto oralmente no simpósio.

O projeto de edição crítica da Comissão Machado de Assis contempla a edição filológica, cujo objetivo vai além da exposição de “sua mensagem conceitual e significativa, estética ou estritamente cognitiva”, mas vai além, preparando os textos “com rigor tal que seus elementos constitutivos possam servir de fundamentação, exemplificação, abonação e sustentação de fatos lingüísticos e de hipóteses, teorias e doutrinas filológicas”, como dissemos antes.

Conclusões

A Comissão Machado de Assis foi a primeira equipe brasileira de significativa importância que tratou teórica e praticamente a questão da edição crítica no Brasil e ainda é a base para o desenvolvimento da técnica da edição crítica de textos modernos com objetivos lingüísticos, filológicos e literários.

Depois dela, outras equipes já se constituíram e fizeram trabalhos importantes, tanto no Brasil como em Portugal, como é o caso da equipe que trata da obra de Fernando Pessoa e da que trabalha na edição da obra de Eça de Queiroz, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, M.[anuel] Said. *Grammatica historica da lingua portugueza*. 2ª ed. melh. e augm. de *Lexeologia e Formação de palavras e Syntaxe do portuguez historico*. São Paulo, 1931.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Comissão Machado de Assis, obras de Machado de Assis, VI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.
- . *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975 (Edições críticas de obras de Machado de Assis, vol. 12).
- . *Esau e Jacob*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975 (Edições críticas de obras de Machado de Assis, vol. 15).
- . *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975 (Edições críticas de Machado de Assis, vol. 10).
- . *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975 (Edições críticas de Machado de Assis, vol. 13).
- . *Quincas Borba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975 (Edições críticas de obras de Machado de Assis, vol. 14).
- COMISSÃO Machado de Assis. *Relatório da*. Separata da *Revista do Livro*, nº 13. Rio de Janeiro, março de 1959.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 3ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, 1954.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva. *Syntaxe hist[orica] portuguesa*. 2ª ed. Lisboa, 1933.
- DUNN, Joseph. *A Grammar of the Portuguese Language*. Washington, 1928.
- HOUAISS, Antônio. “Originais modernos”. **In:** —. *Elementos de bibliologia*. Reimpressão fac-similar [da primeira edição, de 1967]. São Paulo: Hucitec; [Brasília]: Instituto Nacional do Livro / Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, pp. 269-332.
- . *Introdução ao texto crítico da Memórias póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis*. Suplemento da *Revista do Livro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959
- . *Plano do dicionário das obras de Machado de Assis*. Separata da *Revista do Livro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.
- SILVA, José Pereira da. *Para uma bibliografia brasileira de crítica textual, com as resenhas dos três manuais teóricos deste século*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2007.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

VASCONCELOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

WILLIAMS, Edwin. B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Tradução de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.